PROJETO DE LEI N.º 7.651-A, DE 2014
(Da Sra. Maria Lucia Prandi)

Dispõe sobre a proibição de toda e qualquer forma de discriminação aos portadores de Hepatites Virais, em especial os portadores de Hepatite C; tendo parecer da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação (relatora: DEP. ZENAIDE MAIA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:
SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA;
TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 DO RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO DO PARECER DA
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

I – RELATÓRIO

O presente projeto de lei veda a discriminação contra a pessoa portadora de hepatites virais. Lista ações que considera discriminatórias; dispõe sobre o prontuário médico dos pacientes, bem como sobre a condução dos casos por profissionais de saúde, inclusive de saúde ocupacional; proíbe o Poder Público de contratar ou firmar convênio com empresas, entidades ou instituições privadas com histórico de prática discriminatória; proíbe que tais empresas sejam declaradas como de utilidade pública, veda que o Poder Público impeça a frequência do portador de hepatites virais em equipamentos de uso coletivo; e determina que a Administração Pública Federal puna ações discriminatórias de que tenha conhecimento.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Além desta Comissão de Seguridade Social e Família, a proposição será também encaminhada para análise de mérito à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Em seguida, será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a respeito de sua constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa. Por ter caráter conclusivo nas comissões, dispensa a apreciação do Plenário.

Cabe a este Colegiado a análise da proposição do ponto de vista sanitário e quanto ao mérito. Eventuais ponderações acerca da redação ou da técnica legislativa deverão ser apontadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II – VOTO DA RELATORA

O projeto de lei em tela enfrenta questão de grande relevância. De fato, a discriminação a pessoas com doenças crônicas mantém-se como grave problema social.

Na exposição de motivos do projeto, a nobre Autora esclarece que esta propositura foi sugerida pelo Grupo Esperança – ONG de apoio às pessoas com hepatites C. A instituição vem recebendo queixas de discriminação ocorridas em vários âmbitos, inclusive na Administração Pública, o que exige a criação de lei específica para proteger o paciente.

O curso das hepatites virais pode variar bastante, dependendo tanto do tipo de hepatite quanto de questões afetas ao próprio paciente. Muitos casos assumem a forma crônica de evolução, fazendo com que o paciente se torne um portador do vírus pelo resto de sua vida, podendo ou não desenvolver manifestações ou complicações tardias da infecção.

A hepatite causada pelo vírus C - HCV tende a cursar para as formas mais graves da doença. Cerca de 80% dos casos evoluem para a forma crônica, podendo desenvolver cirrose hepática ou mesmo neoplasias malignas.

Assim, a pessoa com uma hepatite viral apresenta quadro clínico que já implica, por si só, ansiedade e grande sofrimento. Quando a isso se somam os tormentos decorrentes de algum tipo de discriminação, o quadro tende a agravar-se. É exatamente isso que esta propositura pretende evitar, proibindo toda e qualquer forma de discriminação.

Assim, no que respeita à saúde – escopo de análise desta Comissão de Seguridade Social e Família – o projeto de lei se mostra inquestionavelmente meritório. A iniciativa é, portanto, louvável e merece nosso total apoio.

Não podemos deixar de apontar, no entanto, mesmo não sendo objeto de análise deste Colegiado, que alguns dispositivos apresentam aparentes inconformidades com a Lei Maior. Estas, todavia, serão analisadas pelas próximas Comissões, que possuem prerrogativa regimental para tanto.

Assim, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.651, de 2014.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputada ZENAIDE MAIA
Relatora

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Seguridade Social e Família, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 7.651/2014, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Zenaide Maia.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Juscelino Filho - Presidente, Miguel Lombardi - Vice-Presidente, Adelson Barreto, Alan Rick, Antonio Brito, Benedita da Silva, Carmen Zanotto, Conceição Sampaio, Darcísio Perondi, Eduardo Barbosa, Felipe Bornier, Flavinho, Geovania de Sá, Geraldo Resende, Hiran Gonçalves, Jean Wyllys, Jorge Solla, Laura Carneiro, Leandre, Luciano Ducci, Mandetta, Norma Ayub, Osmar Terra, Ricardo Barros, Sergio Vidigal, Toninho Pinheiro, Zenaide Maia, Adelmo Carneiro Leão, Ana Perugini, Chico D'Angelo, Diego Garcia, Fabio Reis, Heitor Schuch, Jô Moraes, Júlia Marinho, Marcus Pestana, Raimundo Gomes de Matos, Raquel Muniz, Renato Andrade, Roberto Britto, Rôney Nemer, Veneziano Vital do Rêgo e Wilson Filho.

Sala da Comissão, em 31 de outubro de 2018.

Deputado JUSCELINO FILHO
Presidente